

03 JUL 1980

ESTADO DE SÃO PAULO  
3 JUL 1980

Assembleia

# Pregar a Constituinte é perigoso, diz Abi-Ackel

Da sucursal de  
BRASILIA

O ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, afirmou ontem que os argumentos da oposição em favor da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte são improcedentes, "porque o legislador ordinário já tem a capacidade de promover as reformas constitucionais". Ele advertiu para o perigo de se criarem "resistências intransponíveis às necessárias reformas sociais", se elas não forem conduzidas com "cautela, propriedade e habilidade".

Segundo Abi-Ackel, existem experiências que mostram "como as verdadeiras e necessárias reformas estruturais brasileiras se tornam tanto mais distantes quanto mais inadequadamente enfrentadas". Para ele, uma forma inábil ou menos organizada de realizar a reforma "pode dar até resultados contrários".

As resistências, explicou o ministro, não são especificamente do governo "e podem nascer em determinados setores da sociedade". Ele negou também que sua referência às "verdadeiras reformas estruturais da sociedade brasileira" fosse relativa às "reformas de base" do ex-presidente João Goulart: "As reformas citadas não passaram de tentativas outras na História do Brasil e não chegaram a acontecer realmente uma só vez".

A formação das instituições democráticas, na opinião de Abi-Ackel, deve ser gradualista, por

emendas constitucionais sucessivas, e não pela Constituinte: "Os mesmos defensores da Constituinte darão votos que representarão a negação de sua necessidade, uma vez que apolarão as emendas que devolvem as prerrogativas ao Legislativo e restabelecem as eleições diretas para governadores e para um terço do Senado Federal".

"A constituinte só tem lugar", afirmou o ministro da Justiça, "quando se trata de edificação de um novo regime, de substituição de um regime por outro, que implique novo pacto social".

Abi-Ackel procurou mostrar a diferença entre maior participação do povo nas decisões do governo e maior participação na riqueza nacional: "A maior participação nas decisões só virá pelo diálogo entre todos os setores da sociedade e o governo, enquanto a participação na riqueza deverá acontecer por meio de reformas econômicas e sociais profundas".

Para o ministro, instituições democráticas não são um conjunto de instituições formais, "cujo alcance se esgote no exercício do voto ou no direito individual de ir e vir. A concepção é mais ampla e mais profunda. O governo tem consciência do atraso, da miséria e da ignorância que atingem segmentos vastos da população brasileira, por causa de distorções que são fruto do processo de formação da sociedade brasileira".

"Muitos, cuja opinião respeito" — afirmou Ibrahim Abi-Ackel — "gostariam que as mudanças na

situação social, que o presidente Figueiredo está disposto a promover, fossem feitas com maior rapidez e eu próprio tenho minhas ansiedades. É preciso, no entanto, considerar que o governo tem pela frente, em primeiro lugar, o problema da inflação, que deve enfrentar com coragem para poder encarar essas reformas com cautela e propriedade".

MARCHEZAN

Já o líder do PDS na Câmara Federal, Nelson Marchezan, disse que a campanha do PMDB pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte "está fadada ao vazio, porque não responde a nossos problemas, e sim, apenas, à postura política de um partido".

A Constituinte, segundo Marchezan, não é prioritária: "O povo brasileiro está a exigir definições claras e alternativas válidas em torno de problemas como a crise energética, a contenção dos índices inflacionários, os desajustamentos na distribuição de renda, a interferência do capital estrangeiro na economia e a perda do poder aquisitivo dos salários".

Apesar dessa opinião, o líder do PDS não afastou a possibilidade de o governo propor uma revisão da Constituição. Para ele, "futuramente, o PDS pode propor alterações, pois aspira à perfeição constitucional e o Congresso pode, com emendas, alterar o texto constitucional inteiro com exceção dos dispositivos relativos à Federação e à República".